



Avaliação de livros na área de Educação¹

Evaluation of books in the field of Education

Clarilza Prado de Sousa^[a], Flávia Obino Corrêa Werle^[b]

^[a] Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professora titular da mesma instituição, São Paulo, SP - Brasil, e-mail: csousa@fcc.com.br

^[b] Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), professora titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS - Brasil, e-mail: flaviaw2008@gmail.com

Resumo

Este texto descreve o processo de classificação de livros da área de Educação. Relata os esforços desenvolvidos no sentido de garantir que o livro, veículo que expressa grande parte da produção da Área de Educação, seja valorizado, tenha uma avaliação rigorosa, adequada e fiel a seus propósitos. Identifica inicialmente o contexto em que a avaliação é realizada e, em seguida, os procedimentos empregados. Demonstra que o processo realizado tem muito a ser aperfeiçoado mas, o que já foi desenvolvido significou um avanço considerável, visto que conferiu confiabilidade à avaliação da produção intelectual dos Programas de Pós-Graduação.

Palavras-chave: Avaliação. Pós-Graduação. Avaliação de livros.

¹ Este texto faz uma descrição do processo de classificação de livros, coordenado pela profa. Dra. Flávia Werle, durante a Coordenação de Área de Educação pela profa. Dra. Clarilza Prado de Sousa, nos Triênios 2007/2009 e 2010/2012.

Abstract

This text describes the process of classifying books on Education. It reports the efforts made to ensure that books, a vehicle that expresses a large part of production in Education, be given their due value, with a strict evaluation, appropriate and faithful to their purpose. It initially identifies the context in which the evaluation is performed and then the procedures employed. It demonstrates that a lot remains to be improved in the process performed, but that what has already been developed has meant a significant advance insofar as it confers reliability on the evaluation of the intellectual production of Graduate Programs.

Keywords: *Evaluation. Graduate programs. Book evaluation.*

Introdução

A avaliação dos Programas de Pós-Graduação se estrutura em cinco dimensões e é preciso compreender o contexto em que as classificações de livros se inserem nesse processo avaliativo, sob pena de considerá-lo uma atividade isolada, desarticulada das dimensões que o sustentam e lhe dão sentido. As dimensões de avaliação definidas pela Capes/MEC e que devem ser consideradas por todas as áreas de conhecimento em que está organizada a administração da pós-graduação nesta agência são: proposta, corpo docente, corpo discente, produção intelectual, inserção social.

Das dimensões que estruturam um programa de pós-graduação, a *proposta* é a mais importante. Ela define a contribuição educacional, o compromisso social que justifica a existência do Programa. Todas as demais dimensões devem ser a ela referenciadas; assim, ela se constitui critério para o desenvolvimento das atividades dos professores e alunos de programa. A dimensão *corpo docente* responde sobre como o programa pretende alcançar sua proposta: com que professores, com qual experiência, com qual dedicação de tempo. Nessa dimensão, pretende-se compreender as pesquisas que serão realizadas para dar conta do desenvolvimento da proposta do Programa. A dimensão *corpo discente* define-se

claramente como uma atividade de regulação das condições das relações de professor e aluno no interior do Programa. Nesse sentido, busca-se controlar o fluxo de dissertações e teses defendidas por cada professor e observar como as ofertas de educação apresentadas na proposta estão sendo garantidas aos alunos. A dimensão referente à *produção intelectual* refere-se à contribuição do Programa para a produção de conhecimento técnico e acadêmicos da área, sempre tendo como critério a proposta do Programa, espaço em que definiu e negociou sua contribuição científica à área. Finalmente, a avaliação dos Programas procura identificar a direção das atividades dos Programas analisando sua *inserção social*, o impacto acadêmico e educacional de todas as suas ações.

É no contexto da dimensão da *produção intelectual* que a classificação de livros se insere e deve ser compreendida. Significa dizer que a análise e a classificação de livros, fora desse contexto, pode assumir valores distintos, não relacionados com a proposta de um Programa de educação, com as dimensões de avaliação definidas pelo processo avaliativo. Um livro nesses termos não tem um valor específico, atemporal e independente. Sua análise é contingente, depende da visão de educação de uma área de Educação, das comissões que o analisam. Tal perspectiva não o difere dos artigos em periódicos.

A produção intelectual veiculada em livros se insere num grande cenário atual de políticas de avaliação da educação que acentuam dimensões instrumentais, de controle e de regulação. Cenário em que a avaliação se associa a perfis de qualidade aferidos por meio de indicadores utilizados para representar a realidade social,

medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para a pesquisa acadêmica) ou programático (para a formulação de políticas). É um recurso metodológico empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma (JANNUZZI, 2009, p. 15).

A intensificação das dimensões instrumentais racionais das políticas educacionais de avaliação privilegiam aspectos relacionados à produtividade, eficiência e eficácia. Entretanto, o grande desafio e esforço é dar sentido a esses processos de avaliação e utilizá-los como indícios a serem considerados juntamente com a autoavaliação realizada pelos próprios programas.

A avaliação de livros como importante recurso de divulgação da qualidade do conhecimento produzido nos Programas está diretamente comprometida não só com a produção científica e a formação de pesquisadores. A avaliação de livros é um indicativo do tipo de conhecimento produzido, da direção e da priorização que os Programas estão atribuindo à pesquisa e a estudos em determinada área.

A área de Educação produziu 3.996 livros no triênio 2007/2009 e 4.307 no último triênio (2010/2012), indicando o esforço dos docentes pesquisadores em contribuir para a produção de conhecimento, para a busca de soluções para os problemas importantes da educação nacional. O resultado da avaliação mostrou que cerca de 23% desse total, 1.006 livros, não foram classificados, indicando a dificuldade dos Programas em identificar em uma produção que realmente se caracterize como produção de pesquisa com perfil teórico-metodológico claro e de divulgação científico-acadêmica.

A análise dessa produção não classificada, no entanto, indica os caminhos a serem feitos para a melhoria da produção científica da área, que, uma vez diagnosticados, contribuirão para o aperfeiçoamento. Há, no entanto, que se observar que houve uma considerável diminuição dos livros não classificados, comparando o triênio 2010/2012 (23%) e o triênio 2009/2007 (32%). A presença de livros não classificados pela avaliação indica também um aprimoramento do processo avaliativo da Capes/MEC, uma maior precisão da análise dos resultados, visto que, sem essa classificação, esses livros, considerados não classificados, vinham sendo há anos computados nas avaliações de Programas.

Com o propósito de oferecer condições para docentes/pesquisadores compreenderem a relação que os livros devem ter com a proposta dos programas e permitir a toda área de Educação caracterizar os contornos

cada vez mais claros que distinguem um livro acadêmico, de um técnico, de um documento de divulgação, apresentam-se aqui os elementos utilizados pela Comissão de Avaliação de Livros da Área de Educação (Educ/Cali) para não classificar determinado livro.

Resumidamente, podem-se indicar as seguintes categorias de problemas identificados em livros não classificados:

- livros sem requisitos técnicos consagrados pela ABNT ou similar (ISBN, ficha catalográfica, sumário, introdução que resume, amplia e fundamenta a reunião dos textos quando se trata de coletânea, ficha dos autores etc.);
- publicações voltadas para estudantes da Educação Básica, diferentes áreas de conhecimento, contendo exercícios, jogos didáticos, atividades de ensino;
- publicações utilizadas para realização de cursos de extensão, EAD, em que ora se elabora um pequeno texto, ora se acrescentam textos já elaborados com o propósito de favorecer os processos de ensino;
- publicações de órgãos executivos de nível federal ou estadual visando à consolidação e à divulgação de políticas públicas;
- publicações de instituições públicas ou privadas (universidades ou centros) a fim de divulgar políticas institucionais;
- publicações de teses e dissertações no formato específico desse tipo de produção, sem uma adaptação para a publicação em formato de livro;
- publicações que reúnem obras em que os autores não são identificados em seu pertencimento institucional, não são resultado de pesquisa, não indicam vinculação com linhas de pesquisa, contendo capítulos e artigos de envergadura muito diferenciada entre si;
- publicações sem fundamentação teórica ou metodológica, voltadas à divulgação de ações culturais do Brasil ou de regiões,

- grupos étnicos, ONGs, embora possam ser compostas em formato impecável e atrativo;
- publicações que registram modelos de curso de graduação, incluindo história institucional sem teorização visando ao registro de fatos (disciplinas, ementas, alunos etc.);
 - livros entremeados de textos, brevíssimos, de 3 a 4 páginas, mais na linha de reminiscências, histórias pessoais, poesia, embora de impressão impecável, rica, atrativa;
 - livros de poesia, de histórias de viagens, histórias pessoais sem nenhuma relação com a área de Educação;
 - livros que registram palestras, apresentações de seminários e reuniões de grupos de estudo, relatórios de pesquisa na forma de registro do ocorrido, com textos muitas vezes publicados, anteriormente, em outros veículos;
 - obras que apresentam os eixos, a mesa de encerramento e afiguram-se como registro escrito de um evento, muitas vezes a própria apresentação considera que a obra fica devendo em termos da abrangência dos temas tratados – formato de anais, embora não se intitule assim;
 - tradução de obra estrangeira publicada em décadas passadas, em que somente se apresenta o texto, sem análise da obra apresentada;
 - publicação de divulgação, propaganda realizada em parceria com editoras, institutos, empresas de tecnologia educacional, união de entidades governamentais, visando relatar realizações e abrangências de projeto de intervenção e relatos de experiência;
 - reunião de textos sem maior organicidade, temas dispersos, sem relação entre si, muitas vezes o título bem amplo indicando falta de foco;
 - anais com resumos de seminários, simpósios, colóquios, manuais;
 - livro de formato jornalístico para público jovem, ou de autoajuda, indicando como fazer, como desenvolver, como atuar, ligado ou não a grupos religiosos.

A importância que o livro assume na área educacional, no Brasil e no mundo, exige que esses elementos sejam considerados com cuidado. Trata-se de um veículo que garantiu maior visibilidade e divulgação ao conhecimento produzido na educação. Nesses termos, a classificação de livros não pode perder seu rigor para que não resulte em empobrecimento desse importante meio de divulgação do conhecimento educacional.

Lembrando Chartier em *A aventura do livro*,

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. Segundo a bela imagem de Michel Certeau, o leitor é um caçador que percorre terras alheias. Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores. Toda a história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada de limitações derivadas das capacidades, das convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura (CHARTIER, 1998, p. 77).

A leitura pelo próprio Programa poderia ser um momento importante de produção de significados em termos de autoavaliação de sua própria produção científica, de reconhecer o fortalecimento de suas linhas de pesquisa ou talvez o nascimento, o embrião, de uma nova linha de pesquisa que começa a ser desenhada e desentranhada nos livros novos publicados no Programa. Mas não será uma leitura errática, ao contrário, uma leitura pautada na proposta dos próprios Programas. Nessa leitura, o Programa poderia identificar a “corrupção dos textos”, como dizia Chartier (1998, p. 99):

Contra os desaparecimentos sempre possíveis, trata-se de recolher, fixar e preservar. A tarefa jamais finda, é ameaçada por um outro perigo: a corrupção dos textos. No tempo da cópia manuscrita, a mão do escriba pode falhar e acumular os erros. Na era do impresso, a ignorância dos tipógrafos ou dos revisores, como os maus modos dos editores, trazem riscos ainda maiores (CHARTIER, 1998, p. 99).

E como existem textos *corrompidos*! Se o Programa avaliasse internamente os livros que publica, poderia traçar uma política para a questão e desenvolver um trabalho pedagógico entre os membros do colegiado, realizado pelos próprios pares. Assim minimamente, mesmo que uma determinada obra tenha sido impressa e o erro do nome do Departamento, o ISBN duplo – um ISBN na ficha e o outro diferente na última capa – já tivessem ocorrido, esses problemas poderiam ser um alerta para futuras publicações não incorrerem na mesma forma de dificuldade. O que se procura afirmar aqui é que se os livros forem analisados no interior dos Programas antes de sua divulgação, contribuir-se-á não somente para o aperfeiçoamento do próprio livro, mas também para todo o sistema de classificação de livros da área de Educação.

Entende-se que essa análise a ser realizada pelo Programa deve ocorrer no contexto da proposta do programa de pós-graduação considerando não somente os aspectos que indicam que o livro foi corrompido em sua execução, mas discutir suas materialidades, circulação, conteúdo, as transformações que o livro vem sofrendo na era digital, bem como questões relacionadas à leitura. E isso em diferentes espaços, nas linhas de pesquisa, nos Programas e na área de Educação. Chartier (1998), ele lembra o quanto os papéis do autor, do editor, do tipógrafo, do distribuidor e do livreiro se confundem nos dias de hoje. Para ele, já não são sempre distinguíveis a ação de edição e a de distribuição de livros, pois, no mundo do texto eletrônico, tudo isso é uma coisa só.

Um produtor de texto pode ser imediatamente o editor, no duplo sentido daquele que dá forma definitiva ao texto e daquele que o difunde diante de um público de leitores: graças à rede eletrônica, esta difusão é imediata. *Com as redes eletrônicas, todas essas operações podem ser acumuladas e tornadas quase contemporâneas umas das outras. Sequências temporais que eram distintas, que supunham operações diferentes, que introduziam a duração, a distância, se aproximam. Atualmente, e na esfera da comunicação privada ou científica que a transformação vai mais longe: ela indica aquilo que poderia ser amanhã o conjunto da edição eletrônica* (CHARTIER, 1998, p. 16, grifo nosso).

Os Programas de Educação precisam também contribuir para a reflexão acerca do livro eletrônico.

Hoje, nos contratos de autor, cláusulas prevêm as diferentes mutações possíveis do texto que vai se tornar inicialmente um livro, mas que pode ser em seguida uma adaptação cinematográfica, televisiva, um CD-Rom, um texto eletrônico, etc. O trabalho consiste em constituir noções ou conceitos capazes de englobar todas estas formas para unificá-las ainda que as desmaterializando. A obra não é jamais a mesma quando inscrita em formas distintas, ela carrega, a cada vez, um outro significado (CHARTIER, 1998, p. 71).

Como considerar no contexto das avaliações da área um livro impresso que pode ser um texto eletrônico? Há áreas que na avaliação já admitem receber o livro não em sua materialidade papel, mas em PDF, e isso para efeitos de avaliação. Outras solicitam o envio de três exemplares, uma vez que a avaliação é realizada por dois ou três consultores independentes.

Frente a essas diferentes formas, como compreender o xerox? Há áreas que não admitem o envio de xerox. Na Educação, no triênio 2010/2012, foram inúmeros os Programas que enviaram obras produzidas no Brasil em forma de xerox. Foi imensamente polemizado o pedido feito no ano de 2012 para que as obras fossem enviadas muito preferencialmente no formato original, mas se fosse obra dificilmente obtida, que fosse enviado um xerox na íntegra. O pedido prendia-se especialmente à questão de que as obras são avaliadas em seu todo e não capítulo a capítulo. O envio de xerox dos capítulos isolados é dispensável, mas isso não está sendo compreendido por muitos dos Programas da área.

Fica claro que a discussão da classificação de livros e de todas as logísticas que ela envolve está apenas começando. No entanto, caminhou-se muito. Obteve-se neste processo uma evolução fantástica. A produção de livros não reúne mais, no mesmo pacote, livros de autoajuda e livros de pesquisa, livros de ensaios teóricos e livro de poesia. Analisou-se, desde

2007, livros realmente voltados para a divulgação de conhecimento na área de Educação. No entanto, ainda falta muito a percorrer.

De 2007 até o presente, os critérios de qualificação dos livros consideraram relevância, inovação e potencialidade de impacto.

A *relevância* é expressa como a possibilidade de contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico da área de conhecimento e para a resolução de problemas nacionais relevantes. Em geral, a relevância é considerada em termos do conteúdo de pesquisa que a obra contenha. Mas, considerando as contribuições para o desenvolvimento científico e a resolução de problemas nacionais, muitas questões podem ser levantadas. Quais as dificuldades em aplicar estes dois quesitos a uma coletânea? Pode-se afirmar que um livro contribui, ou contribui em que grau para a solução de problemas locais, regionais e nacionais relevantes?

Outro elemento que compõe a relevância é a atualidade da temática, a clareza e objetividade do conteúdo no que se refere à proposição, à exposição e ao desenvolvimento dos temas tratados. Transpondo para a área de Educação esses aspectos gerais referentes à relevância, e tendo em vista a educação brasileira, que temas podem ser considerados desatualizados? A atualização é da temática ou da forma de abordagem e quadro teórico de sustentação? Um texto claro em sua gramática e estruturação é necessariamente atual e relevante para a área?

Relevância também implica rigor científico (estrutura teórica), bem como precisão de conceitos, terminologia e informações. Como avaliar em coletâneas – e na área de Educação elas constituem a maioria dos livros – a precisão de conceitos, terminologias, se a cada ano são publicados aproximadamente 1.300 livros pelos Programas de Pós-Graduação em Educação? Como avaliar a estrutura teórica de forma isenta e compartilhar essa apreciação entre os professores que constituem o colegiado de cada Programa considerando a produção desse mesmo Programa? Como isso se operacionaliza em termos de Comissão de Avaliação de Livros da Área de Educação, que varia a cada ano?

Ainda compõe o elemento *relevância* o senso crítico no exame do material estudado, a bibliografia que denote amplo domínio de conhecimento, bem como a qualidade de ilustrações, linguagem e estilo. Considerando a diversidade de subcampos da área de Educação, como avaliar a atualização e a amplitude da bibliografia? Os autores se autoavaliavam nesse quesito? A partir de que quadro teórico, ideológico e político avaliar o senso crítico no tratamento da temática em análise?

Urge que os autores de coletâneas, de livros, bem como os coletivos das linhas de pesquisa e dos Programas, dediquem-se a compartilhar seus entendimentos acerca da relevância de uma obra em sua área de pesquisa e avaliem suas produções na área de Educação.

A discussão da relevância precisa, no entanto, ser ampliada entre todos os programas, pautando as reuniões de coordenadores e as de docentes de cada Programa. Somente uma discussão que caminhar para certo consenso ampliará a compreensão da Educ/Cali sobre a relevância. Obter consenso entre os membros da Comissão nas diferentes Educ/Cali foi um trabalho árduo que exigiu atenção e dedicação de todos os participantes. O mesmo agora é requerido de todos os coordenadores e docentes de todos os Programas. É, nesse sentido, uma avaliação que se pretende formativa e que se desenvolve gradativamente, com ampliação da avaliação e formação de todos os envolvidos no processo.

Outro elemento considerado foi *inovação*. Como se caracteriza uma obra inovadora na área de Educação? É inovadora em termos da temática, de metodologia, de abordagem teórica, da empiria ou da materialidade? Ou, ainda, uma obra é inovadora se o for em todos esses aspectos? Como avaliar a originalidade na formulação do problema de investigação? Um livro é inovador em seu conteúdo e isso para todos os seus leitores? Esse é, possivelmente, um novo desafio que a área deve enfrentar no interior dos Programas e nas reuniões dos coordenadores.

Ainda foi considerado o critério de *potencial de impacto*, que envolve circulação e distribuição prevista, idioma em que é publicado, e usos

possíveis no âmbito acadêmico e fora dele. Esse critério implica o levantamento de hipóteses de impacto, o que envolve diferentes públicos leitores, espaços de circulação e temporalidades em que um livro é utilizado.

Sem a atenção para este critério, Programas muitas vezes não informam o número de exemplares impressos e, em alguns casos, se é uma reimpressão ou reedição. Várias áreas apenas avaliam livros reeditados se é nitidamente apreensível o quanto de modificações a nova edição apresenta. Algumas inclusive estabelecem um percentual de alterações da nova edição, como por exemplo, no mínimo 30% de novos conhecimentos em relação à edição anterior. Nesses casos, o autor deve explicar claramente no sistema, no item observações, que alterações foram efetuadas. Há áreas em que as traduções de livros para outro idioma são muito valorizadas pela possibilidade de difusão do conhecimento, mas como seu conteúdo não é inédito, classifica-se não como obra nova, mas como produção técnica, não se enquadrando na categoria de livro.

Retomando a trajetória realizada, pode-se concluir sobre os pontos alcançados e se ter um diagnóstico de outros pontos a percorrer. Este texto pretende, com essas explicitações, receber contribuições efetivas que permitam o aperfeiçoamento do processo de classificação de livros. Para as próximas avaliações, com a consolidação da Plataforma Sucupira, o apoio e a infraestrutura, o aperfeiçoamento de todo o processo será mais facilmente obtido. Esta é, portanto, uma época propícia para o desenvolvimento de novas estratégias, bem como de revisão e consolidação de critérios.

No item a seguir, são descritos os procedimentos utilizados nos últimos triênios, salientando os pontos que poderão ser aperfeiçoados.

Procedimentos utilizados na área de Educação

A avaliação dos livros é realizada em quatro estratos (L4, L3, L2, L1), considerando os aspectos definidos no *Roteiro para classificação de livros*, aprovado pelo Conselho Técnico Científico da Capes, Para ser

classificada, a obra deve possuir ficha catalográfica, com ISBN, mínimo de 50 páginas e ser produto intelectual que resulte da investigação de docentes da pós-graduação. O roteiro de classificação de livros envolve duas partes: uma referente a dados de identificação da obra, e outra relativa à análise científica e acadêmica da obra.

A identificação da obra inclui dados comuns a todas as áreas por exemplo: autor, título, ISBN, editora, cidade e país da edição, número de páginas, data da primeira edição, número da edição enviada, tiragem, formato (eletrônico ou impresso), número de capítulos de autores que sejam docentes do Programa, vinculação do livro à linha de pesquisa do Programa e informações complementares, como participação de docentes/discentes de outros Programas, tipo de financiamento, premiação e participação de autores estrangeiros.

A segunda parte envolve avaliação da relevância temática, caráter inovador da contribuição e potencial de impacto da obra, tais como explicitado anteriormente e publicado nos relatórios de área, segundo normas do CTC/Capes. Além desses aspectos, a área da Educação considera elementos formais como autoria, editoria, financiamento, reedição, prêmios que valorizam a obra, embora não sejam obrigatórios. São elementos que pontuam positivamente a obra, mas cuja ausência não causaria punição ou redução de sua pontuação.

Com o propósito de oferecer uma melhor compreensão do processo, indica-se, a seguir, as fases mediante as quais foi operacionalizada a avaliação dos livros da área de Educação. As diferentes fases e a reprodução de cada uma delas para proceder à avaliação das obras de cada ano revelam os inúmeros participantes nesta ação de avaliação de livros na área de Educação no período de 2007 a 2012. Não se trata, portanto, de um processo isolado realizado por dois ou três consultores, mas de um grande grupo envolvido em cada uma das fases de todo o processo.

A classificação dos livros no triênio 2007/2009 iniciou-se, em um primeiro momento, com maior apoio de bibliotecárias ligadas a

uma biblioteca de referência² que permitiu organizar, todo o processo avaliativo.

A *Fase 1* refere-se à definição do local onde será realizada a avaliação dos livros daquele ano. A área de Educação adotou a decisão de diversificação de universidades incidindo a escolha em IES cujos Programas tivessem doutorado recentemente implantado, assim como diferenciação regional, evitando sediar avaliações em IES de uma única região. Esse procedimento decorre da compreensão de que a atualização do acervo com a produção científica da área contribui significativamente para o desenvolvimento da pesquisa e a produção científica do Programa. Nos dois triênios, a Comissão de Avaliação ocorreu nas seguintes instituições: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Estadual da Bahia, Universidade Federal do Piauí.

Tal decisão de renovação da universidade receptora permitiu que todas recebessem o conjunto de livros analisados na ocasião. Nesses termos, como benefício adicional, todas as universidades que sediaram a análise dos livros tiveram uma atualização de sua biblioteca especializada com os livros publicados no ano na área de Educação.

A *Fase 2* implicou a identificação e a inserção de informações das produções de cada ano por parte dos Programas. Para tanto, a coordenação da área desencadeia o processo mediante correspondência endereçada a cada Programa acompanhada de orientações para o preenchimento de informações no sistema *online*. Há orientações detalhadas explicitando passo a passo como o Programa deve proceder para inserir as informações que caracterizam as produções de seus docentes. Foi de responsabilidade dos programas de pós-graduação a coleta dos livros publicados no período, a inserção de suas

² Inicialmente, a Biblioteca da Fundação Carlos Chagas apoiou a realização da avaliação e destinou duas bibliotecárias, duas assistentes de biblioteca para regulamentar todo o processo, organizar as normas de recebimento e classificação dos livros e preparar os *softwares* para digitação das classificações. Embora os *softwares* tenham sido modificados no segundo triênio (2010/2012), os procedimentos e o apoio realizado permitiram à coordenação de área enfrentar com a Comissão de Classificação de Livros toda as atividades seguintes.

informações (identificação da obra) no sistema *online* e o envio dos livros publicados para a IES onde a comissão se reuniu para realizar a avaliação.

Observou-se que, nessa fase, poderiam ocorrer inúmeros problemas: de preenchimento dos dados de identificação das obras, de envio e, inclusive, de empacotamento dos livros. Tais problemas acabaram afetando a relação de produção registrada em livro de alguns programas. No entanto, como nada pode ser corrigido posteriormente, tais dificuldades somente poderão ser superadas em um próximo triênio. Daí a importância de orientações constantes para o aperfeiçoamento de todo o processo.

Das limitações recorrentes, identificam-se problemas decorrentes de:

- o programa enviar mais obras do que as que são informadas por ele mesmo no sistema *online*;
- o programa cadastrar o livro, mas não enviar a obra para ser avaliada;
- enviar livro que não seja produto de pesquisa de docentes do Programa. Por exemplo, encaminhar uma tradução e o professor do Programa atuou como revisor da tradução ou escreveu a apresentação;
- o livro ser uma dissertação de mestrado defendida no Programa e não ter passado por uma adequação para outro veículo (livro);
- o programa enviar apenas o capítulo de autoria de um de seus docentes, o que demonstra incompreensão do processo de avaliação de coletâneas, que não são avaliadas por seus capítulos, mas em seu todo e mediante o exame de suas partes que informam acerca do todo (introdução, sumário, apresentação de autores, ficha catalográfica etc.).

Nessa fase, verificou-se que será necessário esclarecer melhor, prevenindo problemas no momento da inscrição da obra no sistema, as informações sobre as reedições. Ou seja, não há clareza ainda sobre reedição ampliada e revisada. Por vezes, a obra traz a informação de que é a “primeira

reimpressão, conforme normas da nova ortografia”, mas não esclarece acerca de ampliação e da revisão de temática, por exemplo, tendo em vista novas legislações. Verificou-se, ainda, inúmeros casos de incorreção, duplicidade e incompletude de informações, o que evidencia que o processo de classificação de livros precisa ser considerado com muito cuidado pelos Programas e que a Educ/Cali precisa estar atenta para garantir maior precisão na avaliação. Há casos em que um mesmo livro, ao ser informado por dois Programas, resulta em registros de títulos diferentes e/ou dados incompletos.

Essa imprecisão de informações faz com que a produção incorretamente digitada ou inserida no sistema obrigue maior trabalho da comissão para evitar que desde pequenas incorreções de inserção de dados até erros de duplas ou triplas inserções no mesmo livro venham a prejudicar a classificação e a futura análise do Programa.

O processo de classificação dos livros na Fase 2 enfrenta também dificuldades provenientes das diferentes e novas categorias de livros que surgem no mercado, como os livros não impressos em papel. É o caso de livros como os virtuais acessados pela internet, *e-book* com características hipermidiáticas, os portais que se caracterizam como repositórios de hiperfídias, incluindo vídeos, textos e animações. Tais livros, pelo fato de ainda não haver uma normatização consolidada sobre como devem ser enviados para análise da comissão, acabaram por vezes sendo remetidos sem o necessário cuidado. Assim, pode haver o envio de cópias em CDs desses materiais que não abrem, ou mesmo de CDs que não foram gravados. Nessa fase, há um intenso trabalho das bibliotecárias das universidades participantes e da Educ/Cali visando preparar todo o material para a fase seguinte.

A *Fase 3* é concomitante às fases 1 e 2 e implica a composição da Comissão de Avaliação de Livros. Trata-se, inicialmente, de realizar um processo de identificação de professores doutores, membros de Programas da área, que não estejam no exercício da coordenação do Programa, em pró-reitorias, direção de centro e/ou na presidência de entidades acadêmicas nacionais e que apresentam disponibilidade para se dedicar a essa tarefa na universidade a ser indicada.

A composição da comissão por representantes regionais é um critério ponderado ao lado do qual se analisam o Currículo Lattes, a especificidade da subárea de conhecimento em que realiza pesquisas e a experiência em avaliação ligada a órgãos de fomento. A listagem de nomes é submetida à Diretoria de Avaliação da Capes, que ratifica os nomes para a comissão. Definitivamente composta a comissão, é desencadeada a orientação dos participantes em termos de domínio e familiarização com os critérios da área para a avaliação de livros, mediante consulta ao Relatório de Área. No caso da área de Educação, houve renovação parcial da Educ/Cali de cada ano e, tendo em vista o volume de produção, a comissão contou com cerca de 20 a 25 membros. É preciso destacar o caráter formativo e multiplicador da experiência participativa nesse tipo de comissão.

A *Fase 4* envolve orientações preliminares às funcionárias de cada IES onde a avaliação de livros ocorreu. Foi realizada uma visita preliminar, ocasião em que foram repassadas orientações para a equipe local de bibliotecárias e secretárias quanto à recepção e à organização do material bibliográfico e do ambiente físico. Foram recomendados cuidados na verificação das listagens enviadas pelos Programas com cada livro físico, de forma a criar planilhas com as listas das ausências e especificidades referentes aos livros enviados ou referidos pelos Programas. As obras foram organizadas por ordem alfabética, perdendo a identificação com o Programa que as envia, com a intenção de salientar para a Comissão de Avaliação de Livros que não se está avaliando as obras deste ou daquele programa, mas a produção da área. Essa fase é de grande relevância como preparatória da reunião da comissão, pois é quando ocorre a separação das duplicatas e a organização das obras nas estantes, mantendo os CDs em separado.

A *Fase 5* foi quando ocorreu a análise científica e acadêmica das obras propriamente dita com a Educ/Cali. É o momento em que a comissão se reúne com a totalidade de seus membros e, presencialmente, ao longo de cinco dias, com oito horas de trabalho por dia é procedida a avaliação. Ressalta-se que os membros da comissão não estão representando seus Programas e jamais avaliam livros seus, de seus colegas de Programa ou de parceiros de pesquisa e projetos.

A Fase 5 foi constituída de dois momentos. O primeiro ocorreu na forma de trabalho em duplas, quando foram analisados os livros conforme os critérios e a ficha da Grande Área. O segundo momento, quando as obras já estavam preliminarmente avaliadas, e, então, todos os livros foram novamente reavaliados, agora por toda a Comissão com a finalidade de refinar o processo de classificação. Avaliação envolve retomar transversalmente as obras avaliadas por estrato no sentido de refinar, buscando uma equalização mais precisa da avaliação. A escala proposta L4, L3, L2, L1, e S/C é nessa fase consubstanciada pelos livros de cada categoria da escala. Nesse sentido, é necessário identificar se todos os livros L3, por exemplo, atendem igualmente aos quesitos estabelecidos. Esse processo de equalização comum em procedimentos de seleção que envolve indicadores de natureza qualitativa permite conferir maior confiabilidade à análise.

A *Fase 6* tratou do momento de lançamento das avaliações nas planilhas de forma a relacionar as informações enviadas pelos Programas com a apreciação de cada livro. Para que ocorra com tranquilidade, é fundamental que as informações que os programas prestaram estejam absolutamente corretas e fiéis à obra. Na Fase 6, foi feito o registro das avaliações de cada obra no sistema. Essa ação é de responsabilidade da coordenadora da área, com o auxílio das bibliotecárias da IES receptora.

A *Fase 7* é tarefa realizada ao final do triênio e implica na conferência geral das listagens por ano, no triênio e por programa, de forma a eliminar o máximo de repetições e inconsistências. É, pois, uma fase de revisões e de organização dos dados para articular a avaliação feita pela comissão com as informações que os programas prestaram na Fase 2 e, posteriormente, cotejar com as informações que os programas prestam ao preencher o Coleta Capes.

Concluindo e propondo a continuidade

A área de Educação ampliou sua produção no último triênio, indicando o esforço para garantir a divulgação do conhecimento. Essa

produção apresenta-se predominantemente classificada como L2 e L3, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

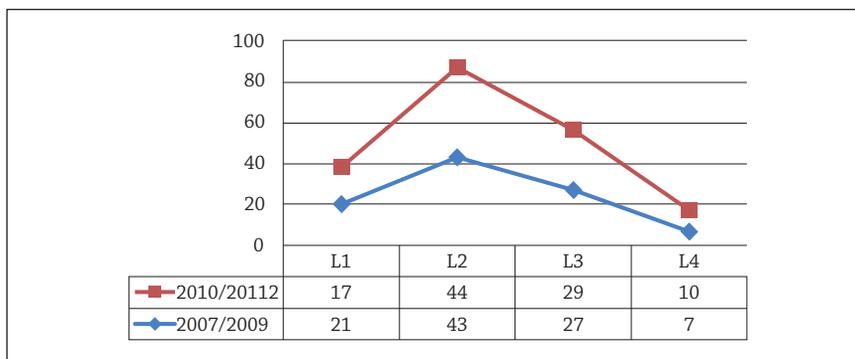


Gráfico 1 - Porcentagens de livros por item da escala (dois últimos triênios)

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Porcentagem não considerando os livros NC (Não classificados) que foi de 32% no triênio 2007/2009 e 23% no triênio 2010/2012.

Comparando as classificações dos dois triênios observa-se que embora o perfil de distribuição da classificação tenha se mantido, ressalta-se que houve uma diminuição de livros L1, ampliação dos L4 e sensível redução dos NC – 32% no triênio 2007/2009 e 23% no triênio 2010/2012.

Pode-se apreciar positivamente a experiência do ponto de vista avaliativo, mas reconhece-se que ainda é necessário um tempo, para que esse processo se legitime em toda a comunidade da área de Educação. Avaliar, classificar livros nunca foi uma atividade realizada e aceita na área, haja vista que em avaliações anteriores, bastava um livro ter sido publicado por uma editora universitária para que fosse considerado de bom nível. Em que pesem os bons critérios de uma editora universitária, eles são diferentes daqueles a serem exigidos em um processo de avaliação de programas de pós-graduação. Na verdade, suas exigências são outras e atendem muitas vezes a públicos diferentes. Um livro para ser classificado em L4 deve ser fruto de pesquisa, resultado da articulação entre vários programas nacionais ou internacionais

e indicar uma contribuição efetiva para a área. No entanto, não são esses, muitas vezes, os critérios utilizados por muitas editoras. E, a bem da verdade, é bom que não seja. É possível que tenhamos bons livros que atendam à necessidade de divulgação de conhecimento produzido a partir de projetos, de reflexões de grupos de pesquisa, de seminários de acadêmicos e que se destinam a formação ou orientação de professores, de gestores e de alunos, que, no entanto, serão L3 ou L2. Não se espera, portanto, que um mesmo grupo de pesquisa, ou um mesmo profissional possa produzir um livro L4 por ano por exemplo. Produzir um livro L4, exige tempo, pesquisa, trabalho conjunto. Na área de Educação, e mesmo em toda a área de humanas, esse processo é longo e o esforço realizado nesse sentido deve ser valorizado.

O que se afirma neste texto é a importância do livro, de a produção na área de Educação ser valorizada adequadamente, repelindo, portanto, processos que, pretendendo ampliar ou mesmo bonificar a classificação de livros em níveis mais altos, acabam por desvalorizar o trabalho científico da área, por não permitir a distinção entre obras que demandaram esforços consistentes de anos de dedicação daquelas desenvolvidas com competência, mas que não buscam e não se destinam a um impacto maior, não foram produzidas para se tornarem referência na área, como os L4.

Referências

CHATIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

JANNUZZI, P. *Indicadores sociais no Brasil*. São Paulo: Alínea, 2009.

Recebido: 25/02/2014

Received: 02/25/2014

Aprovado: 26/03/2014

Approved: 03/26/2014